



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: 2022-7037 e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.006886/2019-19

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Pagamento de inscrição da servidora ELLEN CRISTINA SANTOS GONÇALVES, Matrícula Siape nº [REDACTED] no Curso de Elaboração do Plano Anual de Contratações Públicas e o PGC com Base na IN 01/SEGES/M.ECONOMIA/2019, que ocorrerá nos dias **25 a 27 de março de 2019**, em Brasília/DF, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas.

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Ao investir na capacitação de seus servidores o Ministério da Educação busca a valorização dos servidores, adequando às necessidades da Administração à legislação, conforme consta no artigo 1º, incisos I a V, do Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006.

2.2. Considera-se que o servidor, por ser um agente de transformação do Estado e a serviço da sociedade, deverá possuir a capacidade de atuar na diversidade devido ao seu compromisso com a ética e os princípios constitucionais, fazendo-o a partir de um sistema de atualização permanente de forma que possa buscar o bem comum. Através do Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, tem-se que a administração pública deverá:

“I - incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;

II - assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho;

(...)

V - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;

(...)

IX - oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública.”(Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, art. 3º)

2.3. A participação da servidora justifica-se devido a obrigatoriedade da implantação do Plano Anual de Contratações por meio do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional onde os agentes públicos dos setores requisitantes deverão elaborar anualmente no período de 1º de janeiro até 30 de abril de cada ano, a lista dos itens que pretendem contratar no exercício subsequente devendo ser enviado ao Setor de Licitações e aprovação pela autoridade competente.

2.4. Com essa nova Instrução Normativa 01/2019/SEGES/M.ECONOMIA, deixou de existir na fase de Elaboração do PAC, os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Riscos, quando da inclusão do item de contratação e aquisição no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC e consequentemente a Equipe de Planejamento, sendo necessário somente na fase de Execução do PAC, proporcionando maior celeridade na fase de elaboração. Todas essas contratações, na fase de execução do PAC, a Administração deverá observar as fases de Planejamento que compreende: os referidos estudos preliminares, gerenciamento de riscos e a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico na forma IN05/2017/SEGES/MPDG, art. 22, onde os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, incluindo o fiscal/gestor do contrato devem ter ciência expressa da indicação das suas atribuições antes de serem designados e terem conhecimentos sobre os aspectos técnicos do objeto, licitações e contratos.

2.5. Caso o servidor não se sinta qualificado para o desempenho das atribuições, conforme a natureza e complexidade do objeto, deverá a administração providenciar a devida capacitação do servidor (art. 43 – IN05/2017/SEGES/MPDG).

### 3. PÚBLICO ALVO

3.1. Ordenadores de Despesa, servidores das áreas fim e meio demandantes das instituições, área jurídica, servidores do controle interno e externo, pregoeiros, Comissões de Licitação, aqueles que trabalham no Almoxarifado e no Patrimônio e todos que tenham interesse no assunto.

### 4. LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CARGA HORÁRIA

4.1. Título: Curso de Elaboração do Plano Anual de Contratações Públicas e o PGC com base na IN 01/SEGES/M.ECONOMIA/2019

4.2. Modalidade: Ação externa de capacitação.

4.3. Fornecedor: : Professora Antonieta Cursos e Capacitação Profissional Ltda.

4.4. Local de realização: Centro de Treinamento e Capacitação Hotel St. Paul Plaza – Setor Hoteleiro Sul – SHS, Quadra 02, Bloco “H” – Asa Sul – Brasília-DF, CEP: 70.322-902.

4.5. Vagas: 01

4.6. Carga-horária: 24 horas

4.7. Período de realização: 25 a 27 de Março de 2019

4.8. Valor da Inscrição Individual: R\$ 2.990,00 (Dois mil novecentos e noventa reais) por aluno. Desconto especial de 5% para depósito bancário ou empenho antecipado (10 dias antes do treinamento) totalizando valor da inscrição de R\$2.840,50.

### 5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1. A base legal da contratação direta para a participação de servidores em curso é o inciso II e o § 1º do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos.

5.2. A referida norma dispõe:

“Art. 25”. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”

5.3. Corroborar também com a lei, a Decisão nº 439/98 do Plenário do Tribunal de Contas da União:

“11. Outras entidades, como a Escola Superior de Administração Fazendária - ESAF, tentam utilizar a modalidade técnica e preço, cabível 'para serviços de natureza predominantemente intelectual' (art. 46 da Lei das Licitações). Logo descobrem, porém, que a definição dos critérios para avaliação das propostas técnicas é extremamente complexa. Além disso, para que a seleção cumpra o objetivo de escolher a melhor proposta, o julgamento desses critérios precisa ser confiado a uma banca de examinadores, composta por experts na matéria específica e em didática, aos quais os licitantes precisam ministrar uma aula e uma síntese do material didático a ser elaborado. 12. Esse tipo de licitação foi abandonado pela ESAF, pois logo constatou-se ser antieconômico e extremamente moroso, já que a diversidade dos cursos oferecidos demandava uma grande quantidade de bancas examinadoras específicas, para as quais era necessário contratar profissionais mediante processo licitatório. Por essa sistemática, portanto, não se atendia ao interesse público.”

"14. Nesse ponto, valemo-nos das palavras do Exmo. Ministro Carlos Átila no voto que fundamentou a proposta de decisão ora em exame: 'Excetuados os casos de cursos virtualmente padronizados, que utilizam métodos de ensino de domínio público - como o são, por exemplo, os cursos de línguas, ou os cursos de utilização de sistemas de microcomputadores - parece-me inviável pretender que se possa colocar em competição o talento e a capacidade didática de mestres em matérias de nível superior, sobretudo quando se trata de ministrar conhecimentos especializados, para complementar e aprofundar a formação de profissionais de nível universitário. São tantas as variáveis que influem na definição do perfil ideal dos professores e instrutores adequados a cada caso, que dificilmente se pode defender a tese de que haja efetiva 'viabilidade de licitação' para formalizar tais contratos."

"19. Há quem defenda que a inexigibilidade de licitação seja aplicável a toda contratação de treinamento de servidores, sem qualquer restrição. É o caso do notável Antônio Carlos Cintra do Amaral, que assevera: 'A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição. ' ('in" Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos, Malheiros, 1ª ed., 1995, pág. 111)."

5.4. E ainda, quanto ao atual entendimento do TCU, Acórdão 1007/2018 - Plenário:

9.3.2. adoção de programa continuado de treinamentos dos profissionais que atuam na área e em outras unidades correlatas, inclusive quanto ao correto uso dos sistemas operacionais aplicáveis;

## **6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

- 6.1. Para garantir o cumprimento dos serviços acima referidos o MEC obrigar-se-á:
- 6.2. Efetuar a inscrição dos servidores interessados;
- 6.3. Exercer a fiscalização e acompanhamento do serviço;
- 6.4. Notificar a empresa caso seja constatado que a condução dos trabalhos esteja em desacordo com o interesse da interessada, propondo, neste caso, as devidas medidas corretivas;
- 6.5. Liberar os servidores para frequência no evento no horário estabelecido;
- 6.6. Solicitar ao servidor Relatório de Participação em Ações de Capacitação e cópia de certificado;
- 6.7. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

## **7. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 7.1. Visando a execução dos serviços, a empresa organizadora do evento obrigar-se-á:
- 7.2. Ministrar o evento de acordo com o conteúdo programático proposto;
- 7.3. Prover o material didático;
- 7.4. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse recíproco para a execução dos serviços que o MEC julgue necessárias conhecer ou analisar;
- 7.5. Manter, durante a vigência do presente instrumento, as mesmas condições estabelecidas na proposta apresentada;
- 7.6. Encaminhar nota fiscal a este Centro de Formação para atesto e posterior pagamento;
- 7.7. Cumprir o cronograma de desenvolvimento dos serviços.

## **8. FORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 8.1. O termo de contrato será substituído por Nota de Empenho nos termos do art 62 da Lei nº 8.666/93.
- 8.2. A fiscalização dos serviços ficará por conta do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do MEC.

## **9. VALOR PRATICADO**

- 9.1. O valor da inscrição individual está orçado em R\$ 2.990,00 (Dois mil novecentos e noventa reais) por aluno. Desconto especial de 5% para depósito bancário ou empenho antecipado (10 dias antes do treinamento) totalizando valor da inscrição de R\$2.840,50. Conforme documento de pré-inscrição (1458490) apresentado para a prestação do serviço do objeto deste projeto básico.

## 10. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, à conta do fornecedor para o Banco Itaú S.A, Agência nº 5606 Conta Corrente/DV nº 26605-3, sendo o depósito bancário realizado após atesto de nota fiscal, e em até 05 (cinco) dias após o término do evento.

## 11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Desde 2006, a Empresa Prof.ª Antonieta Cursos e Capacitação Profissional LTDA. exerce atividades no mercado, prestando serviços à Administração Pública nas três esferas, ou seja: União, Estados, Municípios e para o Distrito Federal-DF, na área de Gestão Pública, oferecendo Cursos Presenciais, In Company, On the Job, Consultoria com ética e competência, com seu quadro de professores altamente qualificados e respeitados do mercado. A Prof.ª Antonieta Cursos e Capacitação Profissional possui objetivo de capacitar os servidores públicos, Entidades sem fins lucrativas, Organizações Não Governamentais – ONGS, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, Empresas Públicas e Privadas e a todos que tenham interesse em comprar e vender para o Governo, aplicando os recursos públicos observando dentre os princípios, o da economicidade, transparência e da segurança jurídica.

11.2. Os cursos são voltados para orientar aos gestores públicos e privados, com foco nas áreas de compras, licitações, transferência de recursos mediante Convênios, de forma a observar os instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e a LOA, maximizando os escassos recursos, tornando as contratações mais céleres e econômicas, observando o princípio Constitucional da Eficiência. A Prof.ª Antonieta Cursos e Capacitação Profissional, antes de iniciar a prestação dos serviços, preocupa-se em atender o cliente e/ou futuro cliente em sua decisão de adquirir o curso, e, dessa forma, desenvolve as seguintes ações: ✓ Turmas reduzidas nos cursos práticos, para maior aproveitamento dos participantes; ✓ Respostas aos questionamentos com embasamento legal e decisões do TCU e orientações normativas do AGU; ✓ Acesso do aluno as legislações referentes a licitações e contratos, bem como as Decisões do TCU, atualizados diariamente.

À Consideração Superior.

**ELLEN CRISTINA SANTOS GONÇALVES**

Chefe da Divisão de Compras e Registro de Preços

De acordo. Encaminhe-se à CGLC/GAB para providências.

**PAULO BERNARDES HONÓRIO DE MENDONÇA**

Coordenador de Gestão de Licitações

De acordo. Encaminhe-se à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGGP para providências.

**MARCELO GUERREIRO CALDAS**

Coordenação Geral de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Cristina Santos Gonçalves, Chefe de Divisão**, em 07/03/2019, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Bernardes Honório de Mendonça, Coordenador(a)**, em 07/03/2019, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Guerreiro Caldas, Coordenador(a) Geral**, em 08/03/2019, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1458769** e o código CRC **07D072F3**.



---

1.

---

**Referência:** Processo nº 23000.006886/2019-19

SEI nº 1458769